

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS DO ENSINO DE
GEOGRAFIA EM ÁREA DE FRONTEIRA: CONSIDERAÇÕES
A PARTIR DO MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA (MS)**

MÁRCIO MARQUES ROSA & FLAVIANA GASPAROTTI NUNES

Boletim Gaúcho de Geografia, v. 42, n.2: 530-552, maio, 2015.

Versão online disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/50484/34035>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 2015.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA EM ÁREA DE FRONTEIRA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA (MS)

MÁRCIO MARQUES ROSA¹

FLAVIANA GASPAROTTI NUNES²

RESUMO

Diante da diversidade cultural existente em áreas de fronteira, é necessário que estados fronteiriços, como Mato Grosso do Sul, contemplem em seus currículos e projetos educacionais elementos ou propostas que atendam às especificidades das comunidades fronteiriças. Partindo deste entendimento, neste texto, procuramos desenvolver algumas reflexões sobre esta problemática, destacando as especificidades das áreas fronteiriças, suas implicações e desafios para a escola e, particularmente, para o ensino de Geografia. As reflexões aqui apresentadas são resultantes de uma pesquisa em nível de mestrado cujo objetivo foi identificar e analisar as características do ensino de Geografia no município fronteiriço de Coronel Sapucaia, Mato Grosso do Sul, fronteira seca com a cidade paraguaia de Capitán Bado. A pesquisa envolveu procedimentos como revisão bibliográfica, visitas às escolas públicas do município de Coronel Sapucaia, entrevistas semiestruturadas com coordenadores pedagógicos, professores de Geografia, alunos e pais de alunos. Concluímos que é de grande relevância a construção de uma perspectiva intercultural como fundamento para as práticas educativas nas escolas de fronteira. Todavia, a construção de uma perspectiva intercultural para o ensino em áreas de fronteira não deve estar apenas restrita a documentos oficiais, como, por exemplo, um referencial curricular ou propostas educativas, deve ultrapassar tais documentos e se dinamizar como uma perspectiva de compreensão e construção das práticas docentes.

Palavras-chave: Interculturalidade; Fronteira; Ensino de Geografia.

INTRODUÇÃO

Este trabalho buscou analisar como o ensino de Geografia desenvolvido nas escolas, nas salas de aula, por meio dos agentes desta, principalmente professores, contextualiza seus objetivos em consonância com os conteúdos ministrados, atentando-se à materialização cultural que provêm da fronteira, indispensável para o êxito do processo educacional.

1 Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. E-mail: marciomais@hotmail.com.

2 Professora da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. E-mail: flaviananunes@ufgd.edu.br

O foco no município de Coronel Sapucaia (MS) se deu porque este é limítrofe com a cidade paraguaia de Capitán Bado, o que nos propiciou os elementos necessários à pesquisa: as questões ligadas ao ensino de Geografia e a diversidade cultural proveniente do encontro da população destas duas cidades.

Procuramos destacar neste artigo a significativa extensão de fronteira que o estado de Mato Grosso do Sul possui, principalmente com o Paraguai, apontando alguns dados estatísticos, símbolos e costumes da cultura paraguaia que demonstram a diversidade cultural e social que permeia o estado de Mato Grosso do Sul em sua relação com o Paraguai.

Acreditamos que ao se trabalhar a disciplina de Geografia no estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo em áreas de fronteira, é necessário pensarmos os conceitos elementares desta ciência (espaço, território, paisagem, região e lugar) em sua relação com a extensa linha de fronteira e a população que se situa nos espaços desta linha imaginária (imaginária quando visualizada por mapas), mas concreta e presente na vida das pessoas que ali vivem.

A fronteira representa inúmeros processos, conforme aponta Raffestin (2005, p. 10):

A representação que a cultura ocidental faz atualmente da fronteira é uma pobreza tão absoluta, que precisa ser alertada, pois ela é a negação de toda uma história. E não somente da história que se deu conta de mudança através do tempo, que não passam de uma “projeção de preocupações internas, imediatas e precárias”, e sim de uma história mais enraizada nos antigos ritos e práticas. A fronteira vai muito mais além do fato geográfico que ela realmente é, pois ela não é só isso.

A crítica mais explícita que Raffestin faz é de que as diferentes historicidades presentes na fronteira não podem ser menosprezadas, tão pouco as relações sociais nela implicadas e que esboçam para além da ideia de limite que lhe é atribuída como sinônimo.

O contexto social da fronteira permite que possamos analisar ou termos uma percepção dos componentes culturais que caracterizam a identidade do lugar, das pessoas e que possamos entender as dinâmicas sociais e as relações de poder que ali se estabelecem.

Para tanto, destacamos ainda que, de acordo com nossos objetivos, nossa pesquisa investigou de maneira mais aprofundada os processos de ensino/aprendizagem da disciplina de Geografia, nas séries finais do Ensino Fundamental, nas escolas da Rede Pública de Ensino de Coronel Sapucaia, priorizando esta condicionante peculiar do município: a divisa com o Paraguai (Capitán Bado), a fronteira.

Salientamos, ainda, que estes processos, que nunca irão se findar, não se dão de forma natural, mas a partir de construções sociais desenvolvidas e estabelecidas ao longo de trajetórias espaço-temporais. Sendo assim, temos de pensar

que nas escolas públicas de Coronel Sapucaia, vamos encontrar uma população de alunos descendentes e/ou paraguaios³. Entendemos a escola como espaço a ser problematizado, visto que esta, enquanto instituição de ensino da sociedade moderna é fruto da própria reprodução social na qual se encontra inserida.

Procuramos estabelecer em nossa pesquisa a necessidade de serem trabalhados na fronteira instrumentos educacionais que contemplem nas temáticas de ensino elementos interculturais no processo de ensino/aprendizagem, pois de acordo com Candau e Moreira (2008, p. 13): “[...] não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa”.

A escola pode, principalmente com base em seu currículo, trabalhar elementos que atentem para as questões culturais, sendo o agente social representativo deste processo de atribuir a fronteira, aos sujeitos da fronteira, a importância que lhes é devida. No entanto, Candau e Moreira (2003, p.161), a respeito da escola, esclarecem:

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar.

A escola, e neste caso a escola em área de fronteira, não pode ficar alheia aos processos de hibridismo cultural que acontecem em suas salas de aula e no seu entorno. Se o fizer, esta escola estará distante de sua própria realidade, da sociedade que a constitui.

O processo educacional deve ater-se à observância de que a escola não se reduz apenas à inserção de um currículo “conteudista”, mas que a escola pode contribuir socialmente para além destes conteúdos. Cavalcanti (2005, p. 12 e 13) aponta:

O trabalho de educação geográfica na escola consiste em levar as pessoas em geral, os cidadãos, a uma consciência da espacialidade das coisas, dos fenômenos que elas vivenciam, diretamente ou não, como parte da história social. [...] O raciocínio espacial é importante para a realização de práticas sociais variadas, já que as práticas são práticas socioespaciais.

Em relação à fronteira, os processos históricos desencadeados ao longo do tempo servem de base para que a Geografia explique e leve à compreensão as discussões apresentadas e originadas na fronteira, dos processos de hibridismos culturais ali desenvolvidos.

3 De acordo com o que apuramos em nossa pesquisa de campo, cerca de 40% dos alunos matriculados nas escolas públicas de Coronel Sapucaia são paraguaios ou possuem descendência paraguaia, e estes, muitas vezes, residem no Paraguai e apenas atravessam a fronteira para estudar no Brasil.

AS CONCEPÇÕES DE FRONTEIRA: PARA ALÉM DA DIMENSÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

A fronteira está delimitada por uma linha (que se materializa no mapa) que possui, entre outros sinônimos, dividir, separar, marcar, impor, determinar, enfim, verbos que trazem em seus significados a ideia de ser obrigado a algo, de aceitação, de cumprimento. Acreditamos que devemos ir além desta simples idealização. A fronteira está, ou melhor, foi criada para cumprir uma função, a de separar nações, povos, culturas.

O sentido mais representativo para o termo “fronteira” é aquele que o associa ao Estado-nação. A fronteira enquanto traço marcado sobre um território e visível no mapa geográfico constitui o signo em torno do qual se estrutura a representação dominante do mundo. O mapa-múndi que estamos habituados a ver nas escolas, nas universidades, nos livros mais elementares de história, veicula uma imagem do planeta repartido em unidades políticas que comumente chamamos de “Estados”. A nossa percepção sobre ele parece estar presa a estes arquétipos que dão forma à sociedade de Estados, cada um dos quais defendendo sua bandeira, seu território e, conseqüentemente, sua fronteira. Dificilmente reproduz-se a imagem do mundo em suas variadas comunidades étnicas, linguísticas ou religiosas, por exemplo. Acostumamo-nos a ver, a pensar e agir no mundo tendo como referência a sua configuração estatal. A fronteira é determinante para esta visão de mundo, pois, sem ela, não há Estados (CARVALHO, 2006, p. 59).

É como se fronteira já existisse a *priori*. Mas, e as implicações sociais, o modo de vida das pessoas, que não condizem com essa ideia pressuposta de limite? Estes fatos extrapolam a lógica e a organização proposta pelo Estado por meio da fronteira.

Ainda a respeito desta concepção separatista, que está intimamente ligada à fronteira, mesmo considerando a enorme diversidade cultural, Walsh (2009, p.16) afirma:

[...] o reconhecimento e respeito à diversidade cultural se convertem em uma nova estratégia de dominação que ofusca e mantém, ao mesmo tempo, a diferença colonial através da retórica discursiva do multiculturalismo e sua ferramenta conceitual, a interculturalidade “funcional”, entendida de maneira integracionista. Essa retórica e ferramenta não apontam para a criação de sociedades mais equitativas e igualitárias, mas para o controle do conflito étnico e a conservação da estabilidade social, com o fim de impulsionar os imperativos econômicos do modelo neoliberal de acumulação capitalista, agora “incluindo” os grupos historicamente excluídos.

A autora chama a atenção para o fato de que o imperativo “moderno” separatista vem tentando ultrapassar a base de marcação física de uma fronteira. A ideia separatista moderna está sendo reafirmada com base na diversidade cultural existente na fronteira. A manutenção da “ordem” vai opor-se por um elemento que deveria aproximar e não afastar as pessoas, a saber, a(s) própria(s) cultura(s).

Os elementos existentes na fronteira advindos de uma produção simbólico-

cultural estão sempre se renovando na linguagem, nos gestos, no vestuário, na conduta pessoal e social, na música, na pintura, na dança, nos ritos, nas cerimônias, nas religiões, entre outros, pois a fronteira vista a partir destes elementos supera a ideia de separação pensada pela idealização de Estados/Nações.

Para tanto, e de acordo com Raffestin (2005), não podemos limitar a fronteira somente à concepção de Estados, puramente como um marco divisor:

A fronteira, no seu processo de funcionalização, pode naturalmente ser interpretada, tanto no sentido político como no seu sentido sócio-cultural. Nestas condições, a fronteira parece muito paradoxal, já que o seu reforço e mesmo seu desmantelamento é um provável reflexo de um outro sistema de limites em crise, não imediatamente visível.

A fronteira e suas metamorfoses podem ser a consequência de modificações não visíveis no sistema de valores. Quando a delimitação não é mais possível no interior de um conjunto cultural, fica à disposição somente a malha dos territórios. Mas não foi o que prevaleceu, na maior parte dos casos do mundo (RAFFESTIN, 2005, p. 14 e 15).

Assim, a fronteira é uma ambiguidade; reduzir a fronteira nesta instância de delimitação já se constitui um equívoco, visto que as pessoas que habitam a fronteira ultrapassam diariamente o limite demarcado e, mais, as relações sociais estão além desta condição, estabelecendo, por exemplo, laços afetivos e familiares.

Na fronteira as produções simbólicas, principalmente quando se materializam, mostram um pouco da diversidade que ali emana. Uma diversidade que evidencia e demonstra diversas dimensões do possível, do social, do humano, por meio de várias e diferentes manifestações de linguagens que se traduzem em leituras do espaço, promovendo a construção e (des)construção de subjetividades, que também são elementos essenciais na formação e caracterização da fronteira.

Partindo deste pressuposto, Oliveira (2005, p. 377 e 378) aponta:

Na região de fronteira há complementaridades de toda ordem, todos sabemos, o que as transforma em subsistemas abertos pouco condicionados às amarras das burocracias estatais. As coisas, os fatos, os atos – enfim a vida – que ocorre ali, é movida por necessidades e/ou vontades que fogem dos grilhões do escopo legal.

Nunca é demais lembrar que as pessoas somente sobrevivem porque se complementam, as divisões sociais do trabalho consolidam e respaldam os motivos de viver de cada um; as cidades também somente existem por que se complementam com outras cidades no palco da divisão territorial do trabalho. Todavia, na fronteira, existe algo mais.

Nesta construção de produções simbólicas e subjetivas surge um dos maiores problemas enfrentados por aqueles que habitam a fronteira: sua produção simbólica muitas vezes é apropriada por um grupo de forma diferente do outro. A maneira de ver, sentir e reagir é peculiar a cada pessoa e grupo. É uma disposição do temperamento, da sensibilidade que faz com que um indivíduo sinta, de modo especial e muito seu, a influência de diversos agentes.

Estes pressupostos ficam mais esclarecidos nas discussões de Carvalho (2006, p.57 e 58):

A noção de fronteira transmite-nos uma ideia de limite que divide espaços, pessoas, coisas, culturas, línguas. Define-se na relação “interior-exterior” que ela estabelece e que marca a sua força simbólica. [...] A ideia de fronteira estabelece uma relação entre duas realidades: de um lado, aquela que reconhecemos e que nos faz sentir protegidos – os elementos que se situam no espaço interno são considerados, por isto, mais determináveis e as suas relações são tidas como mais previsíveis do que aquela havidas no espaço externo – e, de outro, a realidade que muitas vezes ignorada, não controlada pela inteligência, com componentes maiores de aleatoriedade e que, por esta razão, nos transmite uma sensação de insegurança.

Na fronteira há culturas e não cultura, cada qual carrega consigo a particularidade de lugares, regiões, identidades, nacionalidades, formas que vão dando aos indivíduos a construção de suas identidades.

Nesse sentido, ao se estudar ou pesquisar sobre fronteira é preciso estar atento para apresentar e compreender as especificidades culturais de cada um dos lados. Os significados que proveem dos lugares habitados, não necessariamente divergentes, mas singularizados, contam e criam à história da qual fazem parte, afirmando identidade a seus grupos sociais e da própria fronteira sendo construída diariamente.

A pluralidade cultural proveniente da fronteira faz com que a diferença, o “diferente”, seja uma constante neste território, o direito de ter participação ativa em sociedade está em consonância com essas emanções culturais plurais e ao mesmo tempo singularizadas. Plurais no sentido de que são vindas de povos e raças com origens culturais diferentes e singularizadas quando se manifestam separadamente para dar identidade a um ou outro grupo, afirmando sua existência cultural.

A fronteira, enquanto lugar traz consigo relações de encontros e desencontros. A maneira como são utilizados os espaços e como são retratados os lugares na fronteira refletem normas culturais, valores e costumes morais, estruturas sociais e ideologias que caracterizam e refletem o que pensa sua sociedade. Silenciar estes fatos sociais significa fazer com que as pessoas que vivem na fronteira nunca questionem a dominação que forçadamente querem lhes impor através de um discurso forjado por relações de poder dadas pelo Estado.

Quando falamos em cultura, queremos dizer que há distinção de um indivíduo para o outro, de um grupo para outro, de um lugar para o outro.

Sim e não, a fronteira avança e recua do processo oriundo de sua própria mobilidade resultante do ir e vir, do fluxo de pessoas, de mercadorias, de saberes e de culturas que a molda. Sua existência está ancorada nestas relações.

Oliven (2006, p. 166) trata desta fluidez que se dá na fronteira e da constituição de sociedades cada vez mais associadas ao encontro de mais de uma matriz cultural:

Se antigamente as culturas tendiam a ser associadas a um território e as identidades definidas, o que se verifica atualmente é um cruzamento das fronteiras culturais e simbólicas que faz com que haja uma desterritorialização dos fenômenos culturais. Uma manifestação simbólica que surge num contexto migra para outros e é recontextualizada. É claro que essa adoção não é passiva e implica sempre reelaboração. Isso significa que as culturas se tornam cada vez mais híbridas.

O modo de ver o mundo, os diferentes comportamentos sociais são assim produtos de uma herança cultural e de contatos. Esta diferenciação de um indivíduo para outro, de um grupo social para o outro, de uma sociedade para outra, revela a diversidade humana e a multiplicidade das combinações regionais que formam as diferentes culturas, não apenas na fronteira, mas em todas as partes do mundo.

Não se pode, portanto, para estudar e pesquisar temas inerentes à fronteira, separar as condicionantes culturais e sociais. O estudo não pode pautar-se apenas em fatores materiais. Não estamos afirmando que esses não sejam importantes, contudo, se caminhamos por um território de hibridismos culturais, bases físicas e materiais podem vir a não traduzir de forma mais abrangente uma leitura do espaço.

Não nos esqueçamos, culturas são formadas por conjuntos materiais e imateriais, se apresentam se representam de diferentes formas e em diferentes contextos. Mapear a cultura, se é que isto realmente é possível, pode vir a delinear as sociedades na fronteira.

Apontando onde uma termina e a outra começa, sem esbarrar nas condicionantes físicas, mas, amparando-se nas práticas sociais, que são indispensáveis a toda e qualquer sociedade como mecanismos capazes de revelação, de amostragem de um pouco do que pensam os indivíduos que juntos, coletivamente, dão vida, forma à fronteira, seja de um lado, seja de outro.

Portanto, o espaço fronteiriço é construído a partir das dinâmicas e fluxos que se estabelecem na fronteira. Isso poderia servir de base para adjetivarmos a fronteira enquanto lugar, que foi “inventado” para delimitar, estabelecer onde algo começa e termina.

Nesta assimilação de fronteira e lugar que estamos propondo, citamos Massey (2008, p. 191):

[...] Algumas vezes há tentativas de traçar limites, mas mesmo esses não se referem, geralmente, a tudo: são sistemas seletivos de filtragem, seus significados e efeito são constantemente renegociados. E eles são, constantemente, transgredidos. Lugares não como pontos ou áreas em mapas, mas como integrações de espaço e tempo, como *eventualidades espaço-temporais*. Este é um entendimento de lugar – como aberto (“um sentido global de lugar”), como um tecer de estórias em processo, como um momento dentro das geometrias do poder, como uma constelação particular, dentro de topografias mais amplas de espaço, e como em processo, uma tarefa inacabada [...].

O homem “inventou” a fronteira com esta finalidade de impor limites, separar. Contudo, a fluidez de uma fronteira, fluidez de pessoas, de sentimentos,

de símbolos, de culturas, de arranjos e desarranjos socioespaciais extrapola os limites. No tempo e no espaço marcam e estruturam o cotidiano das pessoas, moldam e (de) formam sua identidade e o território habitado.

A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI EM MATO GROSSO DO SUL E O MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA

O estado de Mato Grosso do Sul faz fronteira com dois países sul-americanos: Bolívia e Paraguai. A linha de fronteira brasileira com esses dois países tem uma extensão de 1.365,4 km, sendo 928,5 km de limites por rios e 439,9 km por limites secos (PEREIRA, 2009).

A fronteira sul-mato-grossense com o Paraguai inicia-se no sul do estado, chegando a noroeste, perfazendo uma distância de 1.131 km, bastante significativo em termos numéricos.

Oliveira (2005, p. 392 e 393) discorre sobre como se deu este estreitamento com o Paraguai e fala da relação histórica que Mato Grosso do Sul tem com o país vizinho.

Talvez o ponto de partida para entendermos todo o processo de aproximação entre os povos da fronteira seja a exploração da Erva-mate (*Ilex paraguayensis*). Enquanto a maioria dos ervais eram explorados do lado brasileiro, a mão-de-obra utilizada era proveniente do lado paraguaio. [...] enfatizar que a rica história produzida por essa exploração foi a propulsora de criação de cidades e vilas, do aproveitamento do criatório bovino para alimentação e transportes, da criação de portos e vias de circulação, tanto do lado brasileiro quanto paraguaio.

Essa larga tradição de explorar o território fronteiriço pelas concessões latifundiárias, deixaram profundas marcas nas relações de convivência entre as duas partes. As rusgas de consistência natural entre culturas diferentes, na fronteira em tela, são sempre aprofundadas, resultando em avesso às relações humanas encontradas nos espaços contíguos na fronteira: enquanto se observa uma redução das assimetrias, naquele meio geográfico elas tomam corpo e se intensificam.

No que tange à fronteira entre Mato Grosso do Sul e Paraguai temos um total de 44 (quarenta e quatro) municípios dispostos na linha de fronteira ou na faixa de fronteira, e alguns que além de se localizarem na linha de fronteira são caracterizados como conurbações, ou seja, são denominadas cidades gêmeas. As cidades sul-mato-grossenses que se constituem em cidades gêmeas, conurbadas com cidades paraguaias, são: Bela Vista e Bella Vista Norte; Coronel Sapucaia e Capitán Bado; Paranhos e Ypejhú, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Acerca das cidades gêmeas, do convívio de seus moradores, das trocas diárias estabelecidas, Oliveira (2005, p. 378) afirma que:

Não há, no ambiente fronteiriço, em especial, nas cidades *gêmeas*, apenas a difusão de comunidades condicionadas a demandar relações de convivência onde se entrelaça sangue, línguas e capitais, ou seja, trocas. Há, por sua

vez, um monitoramento dos ruídos que ameaçam ou violam a integridade territorial, e uma vigilância constante sobre a soberania e sobre o fio da existência cultural. É um local onde os direitos servem mais a si, enquanto os deveres servem mais aos vizinhos, ou seja, trocos⁴. São as existências das ricas trocas e dos trocos nas relações ambíguas e suas acomodações, que definem um comportamento invulgar, leve e ríspido.

A convivência na fronteira é estabelecida por relações sociais e pela intensa troca a partir destas implicações essencialmente humanas.

Sabendo que o estado de Mato Grosso do Sul conta com um total de 79 (setenta e nove) municípios em sua esfera político-administrativa e que, destes, 44 (quarenta e quatro) estão associados na faixa de fronteira, encontramos em termos percentuais 55,70%, ou seja, mais da metade dos municípios sul-mato-grossenses correlacionam-se imediatamente com a fronteira.

Com base nos números fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através dos dados obtidos pelo Censo 2010, o estado de Mato Grosso do Sul tem uma população estimada em 2.449.024 habitantes. Considerando a população das cidades na faixa de fronteira, temos 1.074.297 habitantes, o que representa 43,87 % da população total do estado. Isto nos mostra que quase 50% da população de Mato Grosso do Sul tem proximidade com fronteira paraguaia.

Outrossim, a faixa de fronteira abarca, aproximadamente, 48% do território de Mato Grosso do Sul (Oliveira 2005) incluindo cidades importantes do estado, como Dourados e Ponta Porã (duas das cinco maiores e mais importantes em nível econômico e populacional).

Dourados, segunda cidade do Estado de Mato Grosso do Sul, já pode ser considerada um centro sub-regional, uma cidade nos contornos de 200 mil hab, mas, que ao seu entorno sustenta uma atividade centralizadora de comércio e serviços para mais de 10 municípios. Nasceu e cresceu sob a influência de 'frentes pioneiras' da agricultura (Colônia Nacional de Dourados); recebeu e propiciou o avanço dos 'granjeiros' sulistas plantadores de soja no último quartel dos anos sessenta, contudo, manteve uma forte relação histórica com grupos comerciantes e com o criatório bovino de corte (hoje também de leite). Noutro sentido, mas na mesma direção, estão as cidades de Amambaí e Naviraí – estas duas que sempre estiveram sob as hostes da cidade de Dourados, têm recentemente conquistado um arco de articulação próprio com outros municípios da região (com o Paraguai, inclusive) visando o fortalecimento de sua economia. (GRUPO RETIS, MIIN, 2005: 230-257, apud OLIVEIRA, 2005, p. 396 e 397).

Todavia, conforme já discutimos anteriormente, a fronteira está para além deste restrito e pobre entendimento de designar um limite, de dividir. A fronteira

4 Oliveira (2005) esclarece que: troco é sinônimo de troca ou de miúdo; mas também pode ser entendido, popularmente, como dinheiro, soldo, salário, propina e, ainda, como ato de retorno em uma rusga entre partes, ato de revanche, réplica. Na citação em questão, está sendo utilizado em todas estas formas e significados.

extrapola este conceito a ela atribuído, elementos da cultura paraguaia estão presentes no estado de Mato Grosso do Sul.

Essa apropriação que os sul-mato-grossenses fazem de componentes da cultura paraguaia são, melhor, qualificados, quando:

No Brasil é muito forte a tendência de se apropriar de manifestações culturais originalmente restritas a um grupo social determinado, reelaborá-las e transformá-las em símbolos de identidade nacional. Esta aquisição de um novo significado cultural aconteceu não somente com a feijoada, mas também com o samba, a malandragem, o futebol e o carnaval [...] (OLIVEN, 2006, p. 158).

Não é isso que os moradores de Mato Grosso do Sul fizeram com o tereré⁵? Esta bebida tipicamente paraguaia hoje é tida como símbolo da cultura neste estado; há pessoas que a tomam todos os dias. E isso vai além da roda de tereré; é só observamos a degustação de uma chipa⁶ ou da sopa paraguaia⁷. Ainda há os ritmos que são originários do Paraguai, como a polca paraguaia.

Enfim, hábitos incorporados pelos sul-mato-grossenses, não apenas os que vivem na faixa de fronteira, mas em todo o estado. Sobre este aspecto: “com isso, quer se afirmar que nas áreas de fronteira há toda uma forma cultural ocasionada pelos contatos que se pulverizam em face da presença de contingentes populacionais oriundos de diferentes localidades” (PEREIRA, 2009, p. 107).

Problematizando este atributo da idealização de uma fronteira que segrega, que limita, que divide, Oliveira (2005, p. 379) destaca:

A linha que divide um Estado de outro, a faixa que separa (ou une, mas não mistura) uma cultura de outra, conspira contra a organização compacta e isomórfica de território. A dimensão na vida da fronteira é bipolar e multi-forme. É, como podemos caracterizar, um lugar onde o limite se estabelece como (quase) necessidade se ser transposto.

Produto destes contatos, a fronteira se designa a partir dos mecanismos de interação social e cultural que se dão no transpor contínuo de seu limite. Os indivi-

-
- 5 O tereré é uma bebida refrescante obtida através da infusão da erva-mate (*ilex paraguariensis*), geralmente é servido gelado. O tereré difere do chimarrão gaúcho devido ao processamento das folhas da erva-mate, que são trituradas de forma mais grossa e por levar maior tempo secando. O tereré é facilmente encontrado em supermercados, hipermercados, feiras livres e outros estabelecimentos comerciais do estado de Mato Grosso do Sul. Atualmente, foram incorporados outros componentes no seu preparo, como hortelã, limão. O hábito de tomar esta bebida vem ultrapassando os limites sul-mato-grossenses, chegando até o oeste paulista, na região de Araçatuba (SP), devido sua proximidade com Três Lagoas (MS).
 - 6 A chipa é um biscoito tradicional da culinária paraguaia semelhante ao pão de queijo mineiro, porém com consistência e sabor próprio, outra diferença é que após pronta a massa, as chipas são elaboradas sempre em forma de ferradura para serem assadas.
 - 7 A sopa paraguaia é uma espécie de bolo de milho salgado, com queijo e muita cebola, é amplamente apreciado em Mato Grosso do Sul, principalmente nas cidades próxima a fronteira com o Paraguai.

duos que habitam a fronteira estabelecem matrimônio, fazem compras, turismo, procuram assistência médica e hospitalar, educação, lazer, enfim, convivem, interação, trabalham de um lado e do outro, ultrapassam a linha diariamente fazendo com que haja uma intensa troca social, cultural, política e econômica.

Essas situações rotineiras que se dão no transitar das pessoas condicionam e determinam a identificação de suas populações com o lugar, criam laços sociais que propiciam sentimento de pertencimento ao espaço habitado, à fronteira e denotam também o que é diferente. O que é ser diferente?

O diferente e a diferença são partes da descoberta de um sentimento que, armado pelos símbolos da cultura, nos diz que nem tudo *é o que eu sou* e nem todos *são como eu sou*. Mais que as diferenças, o que está em jogo é a imensa diversidade que nos informa é o que nos constitui como sujeitos de uma relação de alteridade (BRANDÃO, 1986, p. 7).

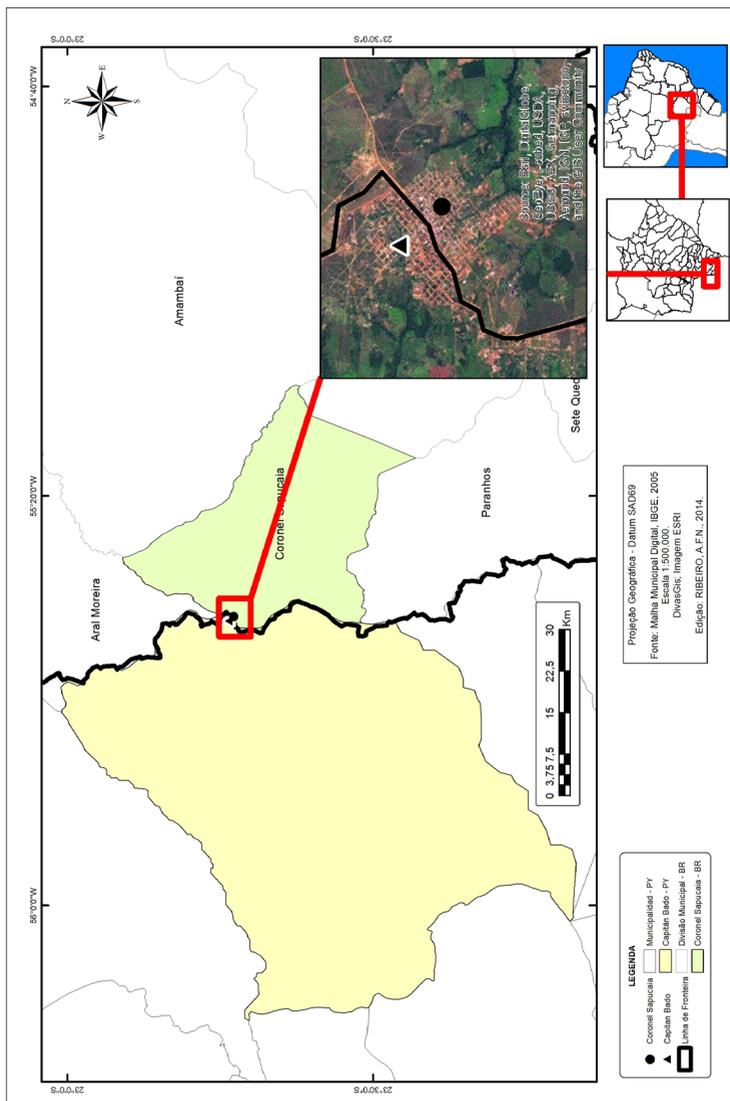
Neste sentido, a diferença é uma espécie de invenção daquilo que pensamos sobre o outro, um embate de forças mediado pelos sentimentos de pertença que o sujeito da fronteira atribui a um ou a outro território. A cultura, neste caso, funciona como um ingrediente necessário a assegurar os recursos imprescindíveis à construção social e à identificação das pessoas enquanto seres espaciais, componentes de uma sociedade marcada por hibridismos culturais.

Conforme já demonstramos, a relação com a fronteira está pautada, principalmente, na conurbação, pois Coronel Sapucaia é cidade gêmea com Capitán Bado; as cidades são separadas e, ao mesmo tempo, unidas por uma avenida larga no sentido norte-sul.

Quando observamos a avenida que separa e, ao mesmo tempo, une as duas cidades como uma paisagem, ou seja, quando a tomamos pelos nossos sentidos de olhar e ouvir, não percebemos a denotação separatista tão imbuída na fronteira, pelo contrário, é como se não existisse um limite.

Passa despercebido aos olhos que ali está estipulada uma fronteira seca. Aos que chegam à cidade, e esta avenida é rota de entrada, os elementos visuais, nesse espaço, não conseguem nos mostrar formas que nos tragam referência, que estabeleçam relações e nos levem a organizar o território em questão como sendo brasileiro ou paraguaio, tão pouco fazer recorte para agrupá-los.

Mapa I – Municípios de Coronel Sapucaia e Capitán Bado



Fonte: ROSA, Márcio M., 2014.

Acreditamos que para a fronteira se configurar nestas duas cidades é necessário saber deste contexto. É como se os moradores destas cidades vivessem dos dois lados, não havendo um limite, apenas um espaço contíguo. Nesse sentido, Oliveira (2005, p.378 e 379) aponta:

Enquanto as leis no Estado-Nação funcionam de forma horizontal onde todos, sem distinção, estão sob sua égide e suas imposições, na fronteira, existe um escopo legal dividido em *duas* partes. Dista muito de ser um espaço isonômico. São duas legislações que impõem (ou se contrapõem): de forma *horizontal* para um lado e *vertical* para o outro, e vice-versa. É como se o indivíduo fronteiriço vivesse em dois estados (sólido e gasoso), cuja necessidade imperativa é se adaptar.

Assim é na fronteira. A máxima do direito romano, *ubi pedis ibi pátria* (onde estão os pés aí está a pátria), reforça seu significado ante as vicissitudes impostas aos atos de produzir e viver naquele território. Existe vontade/necessidade: de um lado é sempre avançar sobre os limites da legislação civil, fiscal e normativa; do outro, ao mesmo tempo, preservar os seus (para o outro); noutros termos, estender a sua horizontalidade (as leis que os regem) sobre a verticalidade do outro [...].

É uma continuidade. Ressaltamos que neste primeiro contato visual não há meios de identificação com o território, seja brasileiro, seja paraguaio. Contudo, e mesmo trazendo ao longo das discussões que estamos suscitando, argumentos que façam uma amostragem da fronteira, via pluralidade cultural, o que mais está associado à fronteira em Coronel Sapucaia e Capitán Bado é a condição de rota de entrada de entorpecentes, contrabando, violência e o narcotráfico.

Tendo em vista as questões até aqui discutidas acerca da fronteira, principalmente no que se refere às especificidades do estado de Mato Grosso do Sul e do município de Coronel Sapucaia, abordaremos, na sequência, as implicações destas para a escola, tomando como base elementos e informações obtidas na pesquisa realizada e que teve foco no ensino de Geografia.

ELEMENTOS PARA A REFLEXÃO SOBRE A ESCOLA E O ENSINO DE GEOGRAFIA NA FRONTEIRA

A ideia do nacionalismo é muito presente na escola. Citamos como exemplo a semana da pátria, quando as escolas brasileiras hasteiam a bandeira nacional, cantam o hino nacional brasileiro, participam de desfile cívico e nos perguntamos: qual é o sentido destas atividades frente aos alunos paraguaios? Na fronteira é importante compreender, em se tratando de educação:

[...] que exige problematizar diferentes elementos do modo como hoje, em geral, concebemos nossas práticas educativas e sociais. As relações entre direitos humanos, diferenças culturais e educação nos colocam no horizonte da afirmação da dignidade humana em um mundo que parece não ter mais esta convicção como referência radical. Trata-se de afirmar uma perspectiva alternativa e contra-hegemônica de construção social, política e educacional (CANDAU, 2005, p. 35).

Então, vejamos: se temos na fronteira escolas que expressam atividades histórico-culturais que retratam apenas o nacionalismo brasileiro, como os alunos paraguaios convivem com esta escola que é formadora e representativa de uma identidade social brasileira? Como são, dessa forma, abordadas nas aulas de Geografia as especificidades da fronteira, o fluxo de pessoas, as trocas comerciais, os problemas sociais, enfim, como é abordada a fronteira, se a escola está a serviço apenas de um lado?

Estas implicações nacionalistas trabalhadas na escola, e associadas aos conteúdos, causam em alguns alunos de origem paraguaia um sentimento, que em dados momentos é de revolta por distorcerem, segundo eles, e apresentarem apenas um lado dos fatos. A seguir, trazemos o relato de um aluno paraguaio acerca de um conteúdo ministrado nas aulas de Geografia que teve como temática a Guerra do Paraguai.

Teve uma aula que a professora começou a trabalhar a Guerra entre Brasil e Paraguai, é chato, pois os colegas brasileiros ficam se vangloriando que o Brasil foi vencedor, que “nós” fomos derrotados. Mas nossos pais contam que só perdemos esta guerra porque a Inglaterra financiou e forneceu armamentos para o Brasil, pois tinha interesse econômico no desfecho, só aparece nas aulas os heróis e combatentes brasileiros e os nossos nem aparecem, meu pai disse que houve muito sangue paraguaio derramado aí no chão do Mato Grosso do Sul, e que nem tem-se respeito por nosso povo que lutou na guerra. Outra desgraça para nós e aí falo enquanto aluno que precisa “tirar” nota para passar de ano em Geografia é quando a professora fala que este conteúdo será avaliado através de um trabalho, muitos de nós paraguaios relatamos em nosso trabalho o que conhecemos da guerra a partir de nossa história, aí já viu é nota baixa na certa, e a professora ainda fala que dará para a gente uma segunda chance que procuremos nos livros brasileiros da biblioteca da escola o assunto. Como? Não entendemos nada do que está escrito nos livros por causa da língua, acabamos por ficar com nota baixa mesmo. Às vezes conversamos entre nós, principalmente por que os trabalhos são em grupo e somente paraguaios, os alunos brasileiros dificilmente fazem grupo com a gente, medo de tirar nota baixa e passar vergonha. Muitas vezes temos vontade de falar para a professora compreender nosso lado, mas, na fronteira não podemos ir de frente com a escola, nossos pais dizem que não podemos perder os benefícios que a escola nos oferece, muitos de nós só come na escola. (Entrevista realizada com um aluno de origem paraguaia, em novembro de 2013, concedida a Márcio Marques Rosa).

A partir do relato do aluno, percebemos que os elementos culturais e históricos acerca da Guerra com o Paraguai poderiam ser apresentados de forma diferente nas aulas, ouvindo os dois lados da história. Esta metodologia poderia enriquecer o conteúdo, dando significação às pessoas e construindo as histórias destas sociedades, afirmando suas representações culturais e estas são as bases para a construção das identidades sociais dos sujeitos que vivem na fronteira. É inegável que as pessoas das duas cidades compartilham de um mesmo território

onde a guerra aconteceu, então, por que trabalhar apenas uma versão dos fatos?

Retratar estas práticas nas aulas de Geografia faz com que a fronteira não seja apenas um lugar físico estabelecido por uma legislação que tem como princípio separar nações, mas como um lugar com grande potencial de estudo e de abordagem geográfica.

Respeitar a condição étnica e cultural dos alunos vindos do Paraguai, percebendo suas diferenças culturais, traduz-se em garantia aos direitos educacionais e reflete para um caminho que leve ao êxito de um processo de ensino que atenda a esta heterogeneidade de alunos nas escolas de Coronel Sapucaia.

Este preceito está, inclusive, amparado pela legislação vigente, conforme trazem os PCN (BRASIL, 1998, p. 26) para o ensino de Geografia:

[...] estudar as relações entre o processo histórico na formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura do lugar, do território, a partir de sua paisagem. Na busca dessa abordagem relacional, trabalha com diferentes noções espaciais e temporais, bem como os fenômenos sociais, culturais e naturais característicos de cada paisagem, para permitir uma compreensão processual e dinâmica de sua constituição, para identificar e relacionar aquilo que na paisagem representa as heranças das sucessivas relações no tempo entre sociedade e a natureza em sua interação.

Esta potencialidade que vem da fronteira, deste ir e vir dos alunos de origem paraguaia pode vir a fazer com que os diferentes problemas sociais sejam retratados e explanados nas aulas de Geografia, como a ocupação do espaço urbano, as dinâmicas sociais e as implicações culturais. É importante mencionar que, neste sentido, a educação cumpre um papel de trocas de experiências entre as populações dos dois municípios (e dos dois países), contribuindo para o crescimento destas comunidades.

Contudo, fazemos uma ressalva: a educação não se restringe ao ambiente escolar, à escola; está para além dela, pois a todo o momento estamos aprendendo. Todavia, a escola pode ser um dos agentes da promoção da interculturalidade no espaço fronteiriço.

Analisar fatos geográficos e históricos que aconteceram no espaço fronteiriço, contando e reunindo elementos sociais pertencentes aos dois lados corrobora para ultrapassar uma verdade tida como absoluta e apresentada de forma incontestável, por parte da “versão” relatada a respeito da Guerra com o Paraguai contada nos livros de História e Geografia brasileiros. Trazer elementos de compreensão a partir dos acontecimentos oriundos dos alunos paraguaios propicia um avanço no processo de ensino e aprendizagem. Visto que:

As possibilidades para avançar nesse diálogo e colaboração intercultural se veem favorecidas na atualidade, porque do próprio coração do Ocidente desenvolveram-se algumas correntes de pensamento que refletem criticamente tanto sobre as pretensões de superioridade civilizatória do Ocidente, como de suas instituições, incluindo a “ciência” como modo de produção de

conhecimento. No entanto, ultrapassando o fato de que um número crescente de indivíduos seja consciente dessa realidade, a institucionalidade da ciência ainda interpõe numerosos obstáculos à realização das mudanças necessárias (MATO, 2009, p. 80 e 81).

Caímos em um jogo de relações de poder, e este é o principal empecilho para se estabelecer na fronteira uma escola que venha a atender às diferentes culturas presentes. É uma realidade social que vem ao longo dos anos afastando e não aproximando estas cidades, contribuindo para uma situação de injustiça e exclusão social e histórica na fronteira entre Capitán Bado e Coronel Sapucaia.

Percebemos, em nossas entrevistas, que os alunos paraguaios são apenas matematizados como forma de provir recursos para as escolas, mas, pouco pensados como indivíduos que carecem de um sistema de ensino que vá ao encontro de suas necessidades.

Em outra pergunta lançada aos professores de Geografia atuantes em Coronel Sapucaia, interrogamos quanto à necessidade de fazerem alguma mudança em sua forma de trabalho devido à presença de alunos de origem paraguaia em suas aulas e, se sim, quais seriam essas mudanças. Todas as respostas que obtivemos foram “não”. A superficialidade destas respostas nos mostrou as dificuldades que os professores encontram por não terem elementos curriculares organizados para atender às especificidades da fronteira.

É preciso que haja uma atenção especial às manifestações culturais que se fazem presentes nestas escolas, visto que os modelos educacionais sempre estão associados à ideia de representar e promover seu Estado-Nação. Isto está muito claro na fala de uma mãe de aluno paraguaio, que estuda numa escola de Coronel Sapucaia:

Meu filho não é visto como um aluno que precisa e merece ter um ensino de qualidade, meu filho é visto como um aluno que é do Paraguai e que portanto, vai viver de vender mercadorias ou cair no contrabando, lamento muito que o governo paraguaio não consiga avançar nas políticas educacionais e garantir escolas de qualidade para o povo paraguaio, para que meus filhos estudassem no Paraguai sem ter que atravessar a fronteira e ficarem sujeitos a um ensino que desconhece e desmerece nossa cultura e nossa história de vida (Entrevista realizada com uma mãe de aluno paraguaio, em setembro de 2013, concedida a Márcio Marques Rosa).

Pensamos que a Geografia, ao contribuir para a compreensão sobre o território, problematizando as implicações sociais embutidas na fronteira, pode propiciar mecanismos de entendimento do espaço fronteiriço, possibilitando, por meio das escolas situadas no município de Coronel Sapucaia, ações de integração cultural que venham em um dado momento histórico, com qualidade, refletir em benefícios para a população de ambas as cidades. Quem sabe, um novo arranjo ao modelo educacional estabelecido através das trocas culturais.

Porém, quando questionamos os professores de Geografia sobre o que pensavam em relação aos conceitos de território, lugar e fronteira, considerando a diversidade da fronteira e a presença de alunos de origem paraguaia, e como procuravam trabalhar tais conceitos, verificamos, nas respostas as limitações e dificuldades que os mesmos possuem em ampliar as concepções presentes nos livros didáticos de forma a articulá-los com as especificidades locais.

Esta distância entre os professores e os conceitos de território, lugar e fronteira acaba por fazer com que o ensino de Geografia na fronteira fique descaracterizado ou distante das questões sociais que abarcam as comunidades de ambas as cidades, promovendo inclusive, sentimentos de indiferença aos paraguaios por parte dos alunos e pais de alunos brasileiros.

Quando entrevistamos um pai de aluno paraguaio estudante em Coronel Sapucaia ele retratou sentir-se discriminado pelo simples fato de ter seus filhos estudando no Brasil.

Outro dia “tava” trabalhando para um velho fazendeiro brasileiro e ele me perguntou se tinha filhos, disse que quatro e que todos estudavam em Coronel Sapucaia, ele falou que a filha dele era professora e que sempre comenta em casa que estes paraguaios são uns mortos de fome, que só estudam nas escolas brasileiras para comer e pegar o material, o racinha preguiçosa, só sabem plantar maconha, fazer farinha e mais nada. Mas, não somos preguiçosos, tava até trabalhando para ele, é verdade muitos paraguaios plantam maconha, mas outros não, eu não e mando meus filhos estudarem no Brasil por acreditar e ter esperança que vão se tornar homens com melhores condições e para ter melhores oportunidades. Como queria que meu país oferecesse escolas boas. (Entrevista realizada com um pai de alunos paraguaios estudando no Brasil, em novembro de 2013, concedido a Márcio Marques Rosa).

Verifica-se claramente pela fala deste pai que existe em Coronel Sapucaia a ideia de subjugar o povo paraguaio como inferior e participante ativo do narcotráfico. Sendo assim, a Geografia ensinada na fronteira tendo como base o encontro entre as diferentes culturas, constitui, ou pode vir a reunir as possibilidades para uma educação que rompa com estes preceitos discriminatórios em relação às pessoas que na fronteira habitam. Indiscutivelmente, estas possibilidades precisam ser pensadas através da cooperação entre ambos os Estados Nacionais (brasileiro e paraguaio) visando construir um currículo que seja voltado para o ensino em região de fronteira e que promova a inclusão e aceitação entre seus indivíduos.

Nesta possível organização curricular é preciso levar em conta ou procurar entender como se configuram os fluxos na fronteira, sejam estes materiais ou imateriais; dados pelo ir e vir das pessoas, como por exemplo, pelo trânsito destes alunos e sua cultura que não se desagraja do corpo no momento em que eles “cruzam” a fronteira.

Os professores, caso estiverem atentos a esta fluidez territorial, podem assimilar tanto aos alunos paraguaios, bem como, aos brasileiros, a chance de trazer

em consonância com os conteúdos trabalhados as dinâmicas sociais específicas da fronteira e estas conexões que se fazem presentes com o próprio ir e vir dos alunos, pois:

O/a educador/a tem um papel de mediador na construção das relações interculturais positivas, o que não elimina a existência de conflitos. O desafio está em promover situações em que seja possível o reconhecimento entre os diferentes, exercícios em que promovamos o local-se no ponto de vista, no lugar sociocultural do outro, nem que seja minimamente, descentrar nossas visões e estilos de afrontar as situações como os melhores, os verdadeiros, os autênticos, os únicos válidos. Para isso é necessário promover processos sistemáticos de interação com os 'outros', os diferentes, sendo capazes de analisar sentimentos e impressões. É a partir daí, conquistando um verdadeiro reconhecimento mútuo, que seremos capazes de construir algo juntos/as. Nessa perspectiva, é necessário ultrapassar uma visão romântica do diálogo intercultural e enfrentar os conflitos e desafios que supõe [...] (CANDAU, 2008, p. 31-32).

Pensar a educação na fronteira sob esta perspectiva de um ensino que tenha como princípio os embasamentos culturais levaria a um projeto de equidade social, estimulando o debate em torno de um programa educacional alternativo ao programa de educação básica brasileiro que não contempla a fronteira e, poderia propiciar uma complementaridade entre os Estados na fronteira. Para a fronteira, esta complementaridade, a partir de uma educação normatizada em conjunto poderia vir a encurtar as distâncias educacionais impostas por modelos que precisam ser reconstruídos, uma vez que as...

[...] identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultado sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano, ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques e temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades, identidades são, pois identificações em curso (SOUZA SANTOS, 2005, p. 135).

Este modelo deve ser pensado no tocante à diversidade cultural que é plural na fronteira, buscando satisfazer os interesses sociais, individuais ou coletivos que, espontaneamente, organizam o modo de vida das pessoas, interferindo em seu comportamento, hábitos e costumes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de nossa pesquisa identificamos os problemas existentes no espaço escolar em relação à presença de alunos de origem paraguaia e sobre sua inserção em um modelo escolar que não atende suas especificidades sociais, culturais e históricas.

As entrevistas com os professores, alunos, pais de alunos, coordenações pedagógicas e moradores das duas cidades mostraram as dificuldades para que o processo de ensino seja realizado de forma satisfatória contemplando a realidade da fronteira, destacando-se, neste caso, a falta de adaptações curriculares e estratégias em aula que assumam a característica cultural peculiar. Também com base nos relatos constatamos que não há encontros ou reuniões entre docentes, gestores e comunidade escolar para traçar objetivos que visem um ensino que esteja voltado para as especificidades das escolas da fronteira.

É notória, também, principalmente em relação aos professores, a tendência em secundarizar as diferenças culturais homogeneizando os alunos. Reportam-se aos alunos de origem paraguaia da mesma forma que aos alunos brasileiros, indicando que não há a necessidade de ajustes em seus planejamentos em função das diferenças culturais.

Importante seria possibilitar a definição e a clareza sobre os problemas enfrentados nas escolas e por seus professores na educação em regiões fronteiriças – com o estabelecimento ou não de cidades gêmeas como Coronel Sapucaia e Capitán Bado. O professor, desde que devidamente amparado em sua formação, poderia desenvolver práticas de ensino mais adequadas à realidade plural na qual se encontra inserido.

Interessante é poder constatar que as escolas de Coronel Sapucaia estão abertas para a aceitação de alunos paraguaios, até porque há uma espécie de “burla” à condição de estrangeiros apresentando comprovante de residência do Brasil, o que realmente não seria um empecilho, a não ser pelo fato de que estas escolas não problematizam essa vinda de alunos paraguaios como um fato que merece um cuidado especial em suas propostas pedagógicas, para serem refletidas nos atos de ensino e aprendizagem.

Por estas constatações, fica claro que há a necessidade de o Estado criar uma política pública educacional que vise atender às necessidades das comunidades que estão na fronteira, com isso, podendo minimizar aspectos desfavoráveis como a defasagem no índice de aprendizagem. Pois, o que vimos em nossa pesquisa de campo é que estas escolas continuam trabalhando com um modelo pensado e organizado de forma a atender apenas um lado da fronteira, o lado brasileiro, e para adequar estas escolas à sua realidade cultural diversa é preciso reconstruir as diretrizes curriculares específicas para a fronteira.

A integração, via educação, a nosso ver, parece ser o caminho para amenizar, pois mesmo assim, entendemos que nunca serão findadas as diferenças sociais, culturais, políticas e econômicas entre cidades gêmeas na linha de fronteira, como Coronel Sapucaia e Capitán Bado. Mas, sem dúvida, a educação integrada oferece elementos capazes de enfrentar as desigualdades sociais e compreender o espaço fronteira.

Por fim, atentamos que embora a circulação de pessoas seja livre na fronteira, esta não é garantia de que tenham sua cultura, seu modo de vida, sua historicidade respeitadas, tão pouco valorizadas. O preconceito e o sentimento de inferioridade

ridade recaem sobre os alunos paraguaios de Capitán Bado que atravessam para Coronel Sapucaia para estudar, dificultando uma melhor capacidade de entender as dinâmicas sociais existente na fronteira e não contribuindo para seu aprendizado, fazendo muitas vezes com que estes alunos fiquem à margem do processo de ensino e sejam estereotipados como membros de uma sociedade tida como inferior, cunhada em suas vidas a ligação ao narcotráfico, por exemplo.

CHARACTERISTICS AND CHALLENGES OF GEOGRAPHY TEACHING IN BORDER AREA: CONSIDERATIONS FROM THE TOWN OF CORONEL SAPUCAIA (MS)

ABSTRACT

The main objective of this paper was identify and analyze the Geography teaching characteristics in border towns of Mato Grosso do Sul using as reference of study Coronel Sapucaia town, dry border with the Paraguayan town of Capitán Bado. On the cultural diversity of the border it is necessary that border states, as Mato Grosso do Sul, contemplate into their curricula and educational projects elements or proposals which comply with the border communities specificities. Geography needs to analyze the space under its various eventualities and specificities, understanding the diversity, the peculiarities, the established exchanges with the environment, and even the political foundation that reflects education of a specific territory. In this paper, we work to develop some reflections on this issue, highlighting the border areas specificities, its implications and challenges for school and, particularly for Geography teaching. We further seek, identify and analyze how the curriculum proposals for the Geography teaching of the town and the state of Mato Grosso do Sul contemplate the cultural diversity issue present in border areas, identifying and analyzing working ways, as well as used the teaching resources by Geography teachers from the city to address and develop themes and issues involving the territory concepts, place and border in understanding the place cultural characteristics, the needs and difficulties of Geography teachers related school socio-cultural context located in border areas. We conclude that it is of great relevance the intercultural perspective construction as a basis for educational practices in the schools from border. However, the intercultural perspective construction for teaching in frontier areas should not only be restricted to official documents, such as, one curriculum framework or educational proposals, must overcome such documents and streamline as a perspective for understanding and construction of teaching practices.

Keywords: Interculturalism; Border; Geography teaching.

RASGOS Y DESAFÍOS DE LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA EN ZONA DE FRONTERA: CONSIDERACIONES DESDE LA MUNICIPALIDAD DE CORONEL SAPUCAIA (MS)

RESUMEN

El principal objetivo de este trabajo fue identificar y analizar los rasgos de la enseñanza de Geografía en municipalidades de frontera en Mato Grosso Sul, teniendo como referencia de estudio la ciudad de Coronel Sapucaia, frontera con la ciudad paraguaya de Capitán Bado. Delante de la diversidad cultural existente en la frontera es necesario que estados de frontera, como Mato Grosso do Sul, contemplen en sus currículos y proyectos educativos elementos o propuestas que atiendan las especificidades de las comunidades de fronteras. La Geografía necesita analizar el espacio bajo sus varias posibilidades y especificidades, comprendiendo la diversidad, las peculiaridades, los cambios establecidos con el medio, y hasta mismo el fundamento político que refleja la educación de un dato territorio. En este texto, buscamos desarrollar algunas consideraciones sobre esta problemática, destacando las especificidades de las zonas de fronteras, sus implicaciones y desafíos a la escuela y, particularmente, para la enseñanza de Geografía. Buscamos, aún, identificar y analizar como las propuestas curriculares para la enseñanza de Geografía del municipio y del estado de Mato Grosso do Sul contemplan la cuestión de la diversidad cultural presente en las zonas de frontera, identificando y analizando las formas de trabajo, bien como los recursos didácticos utilizados por los profesores de Geografía de la municipalidad para abordar y desarrollar temas y cuestiones que envuelvan los conceptos de territorio, lugar y frontera en el entendimiento de los rasgos culturales del lugar, las necesidades y dificultades de los profesores de Geografía relativas al contexto socio-cultural de las escuelas localizadas en zonas de frontera. Concluimos que es de gran relevancia la construcción de una perspectiva intercultural como fundamento a las prácticas educativas en las escuelas de frontera. Todavía, la construcción de una perspectiva intercultural para la enseñanza en zonas de frontera no debe estar solo restringida a documentos oficiales, como, por ejemplo, un referencial curricular o propuestas educativas, debe exceder tales documentos y dinamizarse como una perspectiva de comprensión y construcción de las prácticas docentes.

Palabras clave: Interculturalidad; Frontera; Enseñanza de Geografía.

REFERÊNCIAS

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Volume 10.

BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – 3º e 4º ciclos do ensino fundamental**. Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1992 a 57/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994. – 31. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

CANAU, Vera Maria. Didática e multiculturalismo: uma aproximação. In: LISITA, V. M. & SOUSA, L. F. (orgs.), **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. XI Endipe. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____, Vera Maria. Sociedade Multicultural e Educação: tensões e desafios. In: CANAU, Vera Maria. (Org.) **Cultura(s) e Educação**. Entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 15-37.

_____. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: CANAU, Vera Maria & MOREIRA, Antonio Flávio. (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 13-37.

_____. Vera Maria. & MOREIRA, Antonio Flávio. Educação escolar e cultural: construindo caminhos. In: **Revista Brasileira de Educação**. N. 23, mai.ago. (2003).

CARVALHO, Evandro Menezes de. A fronteira no direito e os direitos sem fronteiras. In: BARCELLOS, Marilda de Araujo & SCHULER, Fernando (Orgs.) **Fronteiras arte e pensamento na época do multiculturalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 57-71.

CAVALCANTI, Lana de S. Concepções teóricas e elementos da prática de ensino de Geografia. In: CAVALCANTI, Lana de S. **Geografia e Práticas de Ensino**. Goiânia: Alternativa, 2005, p. 11-28.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATO, Daniel. Diferenças Culturais, Interculturalidade e Inclusão na Produção de Conhecimentos e Práticas Socioeducativas. In: CANAU, Vera Maria. (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 74-93.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Tipologia das Relações Fronteiriças: Elementos para o Debate Teórico-Práticos. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.).

Território sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005, p. 377-408.

OLIVEN, Ruben George. Territórios, fronteiras e identidades. In: BARCELLOS, Marilda de Araujo & SCHULER, Fernando (Orgs). **Fronteiras arte e pensamento na época do multiculturalismo.** Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 157-166.

PEREIRA, Jacira Helena do Valle. **Diversidade Cultural nas Escolas de Fronteiras Internacionais: O Caso de Mato Grosso do Sul.** Revista Múltiplas Leituras, v. 2, n. 1, 51-63, jan./jun. 2009.

RAFFESTIN, Claude. A Ordem e a Desordem ou os Paradoxos da Fronteira. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Organizador. **Território sem limites: estudos sobre fronteiras.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005, p. 9-15.

ROSA, Márcio M. **Características e desafios do ensino de Geografia em área de fronteira: considerações a partir do município de Coronel Sapucaia (MS).** Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD: Dissertação de Mestrado em Geografia. Dourados, 2014, 110 p.

SOUZA SANTOS, B. de. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. In: _____. **Pela mão de Alice.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 135-157.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria. (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p. 12-42.